



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS/IHL

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS

PROJETO DE PESQUISA

SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU

RUBILSON VELHO DELCANO

Redenção

2015

RUBILSON VELHO DELCANO

SOCIEDADE CIVIL E DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU

Projeto de Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira para à obtenção do Grau de Bacharel em Humanidades, grupo de pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global – CNPq.

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

Redenção

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catologação na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos CRB-3 / 1219

D383s Delcano, Rubilson Velho.

Sociedade civil e desenvolvimento na Guiné-Bissau. / Rubilson Velho Dalcano. – Redenção, 2015.

31 f.: il.; 30 cm.

Projeto de pesquisa do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira.
Inclui referências.

1. Guiné-Bissau. I. Título

CDD 916.657

Sumário

INTRODUÇÃO	6
PROCESSO DE COLONIZAÇÃO	8
RESISTÊNCIA E A CONFERÊNCIA DE BERLIM	9
PAIGC E A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL	11
PÓS-INDEPENDÊNCIA E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	13
CONFLITO POLÍTICO-MILITAR DE 1998	14
PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	15
OBJETIVO GERAL	16
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
METODOLOGIA E QUESTÕES DE PESQUISA	16
JUSTIFICATIVA	17
QUADRO TEÓRICO DE DEBATE SOBRE A SOCIEDADE CIVIL	18
DEBATE CONCEITUAL DE SOCIEDADE CIVIL NA GUINÉ-BISSAU	24
CRONOGRAMA	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICOS	28

Introdução

O presente projeto de pesquisa visa estudar a sociedade civil e o desenvolvimento na Guiné-Bissau, tomando como quadro referencial os grupos sociais nas Ilhas dos Bijagós, eleita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1996 como reservas mundiais da biosfera com o objetivo de organizar uma rede de áreas protegidas.

Atualmente, as reservas são compostas por oitenta e oito ilhas que compõem a área comunitária. Dentre oitenta e oito Ilhas pertencentes ao Arquipélago dos Bijagós, destacam-se treze mais representativas, quais sejam, Bolama, Bubaque, Caravela, Formosa, Galinhas, João Vieira, Maio, Orango, Poilão, Ponta, Rocha, Rubane e ilha do Uno para uma área total de 2.624km² e uma população estimada em 2006 em torno de 30.000 habitantes, animistas, falantes da língua bijagó (ONG TINIGUENA, 2015). Privilegiaremos as ilhas Urok¹ devido a sua feitura comunitária e sua atuação em termos da participação política das organizações e grupos da sociedade civil.

Para enquadramento do tema, faz-se necessário analisar a formação geográfica, histórica e social e as mudanças políticas que ocorreram na atual Guiné-Bissau.

A República da Guiné-Bissau está situada na Costa Ocidental da África, no hemisfério norte subsaariano. Faz fronteira ao Norte com a República do Senegal, ao Leste e ao Sul do país com a República da Guiné Conacri, e ao Oeste com o Oceano Atlântico. O seu território abrange uma área de 36.125 km², entre os paralelos 10° 59' e 12° 20' de latitude norte, e entre os meridianos 13° 40' e 16° 43' de longitude ocidental, numa zona de transição biogeográfica guineense-congolesa e sudanesa. O ponto mais elevado situa-se a 300 metros, acima do nível do mar, na Costa Atlântica.

Guiné-Bissau possui oito regiões e um setor autónomo de Bissau, centro político administrativo, sendo a maioria de sua população pratica a religião animista (40%), com forte presença dos muçulmanos. O cristianismo é seguido apenas por cerca de 10% de sua população. A maioria da população fala sua língua étnica, como a primeira língua de comunicação. Cerca de 44% fala o kriol, como segunda língua de comunicação, de origem urbana, resultante de contato entre diferentes grupos sociais e étnicos, reforçando, assim, a miscigenação inter-étnica. Apenas 14% da população fala a língua oficial portuguesa. Isto se deve ao facto do país apresentar ainda um déficit estrutural no tocante ao processo de ensino.

¹ Urok é um nome dado a um conjunto de três ilhas no arquipélago dos bijagós (Formosa, Nago e Tchediã). É uma área protegida pelos próprios autóctones, contando com ajuda da ONG Tiniguena, governo e outros parceiros. UROK no dialeto bijagó significa levem e guardem convosco.

Os grupos étnicos que povoam a Guiné-Bissau são muito diversos, cada um com sua cultura, língua e tradição própria, não obstante algumas aproximações com quais se identificam enquanto grupo. Segundo Moema Parente Augel (2007), estima-se que existe 27 grupos étnicos², subdivididos em pequenos subgrupos, com suas línguas, visões e costumes, tradições, civilizações e saberes próprias, sobretudo, entre os povos de litoral e os do continente.

[...] Existem diferenças marcantes entre os povos do continente pela sua organização política, pois baseiam-se numa forma hierárquica de sociedade, com um poder centralizado. Dedicam-se, sobretudo ao comércio. Enquanto as etnias costeiras são compostas de agricultores, professam suas religiões étnicas ou animistas, baseadas no culto aos antepassados, e possuíam uma organização social horizontal, onde a família continua sendo a unidade política, social, cultural e econômica da sociedade (AUGEL, 2007, p.77)

O grupo mais numeroso são Balantas (27%), animistas, criadores de gado e agricultores. Habitam região Norte, subordinados a uma estrutura social do tipo “horizontal”, com baixa divisão social de trabalho, com suas formas de autoridade. Os Fulas (22%) e Mandingas (12%) são muçulmanos, comerciantes, habitam região Leste. Apresentam uma estrutura social do tipo vertical, hierárquica, com alta divisão social do trabalho. Os Manjacos (11%) e Papéis (10%) são grupos intermediários, que oscilam entre os dois primeiros grupos. Os Manjacos habitam região Norte, são animistas, emigrantes; já os Papéis vivem da agricultura e pecuária, com tendência para o comércio de produtos locais. Os demais grupos representam 28% para uma população de 1.530.673 milhões de habitantes (INE, 2015). A agricultura gera mais de 80% de empregos, quer na produção de bens de consumo, quer através de sistema de acesso à terra gerido pela autoridade local (ou chefe da aldeia ou regulado) através do direito consuetudinário, isto é, pela legitimidade de usos e costumes das organizações e grupos da sociedade civil local.

Processo de Colonização

A Guiné-Bissau, como muitos países da África, não fugiu ao processo colonial por parte do regime fascista português. Em 1446 os portugueses desembarcaram na Costa da Guiné, quando Nuno Tristão, vindo da costa senegalesa, aportou no trecho do litoral africano, constituindo-se numa província portuguesa da Guiné ou Guiné Portuguesa (AUGEL 2007,

² Não existe consenso sobre porcentagem das etnias, o que revela a dificuldade do país em organizar seus dados. Todavia, adotamos os dados apresentados pela pesquisadora Moema Parente Augel (2007).

p.52), não obstante as resistências dos grupos étnicos locais contra a presença de Nuno Tristão.

[...] nessa sua quarta viagem à “terra dos pretos” [Nuno Tristão], encontrou a morte, tendo sido assassinado “por nativos hostis” com uma vintena de companheiros. [...] A hostilidade dos nativos tem sua razão de ser na reação africana aos permanentes ataques de frotas portuguesas à costa ocidental, quando sequestradores incursionavam pelas aldeias litorâneas, levados pela cobiça, apresando pessoas para serem usadas como mercadorias ou escravas. O escravo era o bem mais valioso ao alcance dos navegadores, e, era pelos escravos que portugueses desciam nas praias africanas, enquanto não descobriam mineiros como, cobre, ouro ou latão (AUGEL, 2007, p. 52).

A chegada dos portugueses coincidiu com o começo da desintegração do império Mandinga, no século XVI, dando origem ao surgimento de vários outros Estados mais ou menos autônomos, quando a autoridade máxima do imperador foi repartida com alguns vassallos que se proclamaram mansas, isto é, reis (LOPES, 1999). Dentre eles, um dos mais importantes era o Mansa de Kaabú, extensa região que ocupava áreas subsaarianas (Confederação da Senegâmbia) que unia estados vizinhos da África Ocidental (LOPES, 1999; AUGEL 2007 p.53). O Reino de Kaabú ou *kaabunké* superou mais tarde o Reino de Mali em importância econômica³. E assim se deu as negociações econômicas entre D. João II (1481-1495) e os demais reis de Portugal que o sucederam com os chefes africanos. Conforme Augel (2007)⁴

[...] no século XVII, os contatos entre o reino de Kaabú e os entrepostos comerciais portugueses de Ziguinchor, Cacheu, Geba e Farim eram regulares. Esses contatos e trocas entre autoridades coloniais súditos da coroa portuguesa e chefes africanos eram, ainda nos primeiros tempos, marcados por uma certa base de mútuo consentimento, sinais de uma relação mais ou menos simétrica entre nativos e os comerciantes portugueses. Os portugueses, no processo colonial, adotaram estratégias de cumplicidade e de respeito para com as autoridades tradicionais, fazendo crer, assim, aos nativos, serem eles tratados com a igualdade e o respeito (AUGEL 2007, p.53).

Após Portugal ter se limitado, muito tempo, exclusivamente a se servir da região como ponto de apoio ao comércio escravagista, ao longo da costa ocidental africana, o regime colonial considerava atual Guiné um assentamento próprio para agricultura (colônia de

³ “Pois o eixo de atração econômica da África Ocidental se deslocou cada vez mais em direção ao litoral, e bem cedo os portugueses notaram que era mais proveitoso negociar diretamente com a família real de Kaabú do que Mali” (AUGEL, 2007, p.53).

⁴ Havendo uma vasta literatura falando da nação mandinga “Kaabunké” (LOPES 1999, AUGEL 2007, etc.), antes da colonização na Guiné-Bissau, optamos por pular essa parte, não é que seja menos importante, mas simplesmente pelo facto dessa época não constituir o foco da nossa pesquisa.

exploração e extração de matéria prima) e não como um território administrado e ocupado pela autoridade portuguesa (colônia de povoamento), como foram o caso de Angola, Moçambique Cabo Verde, Timor e São Tomé e Príncipe (AUGEL 2007). A política de expansão portuguesa permitiu ao regime colonial maximizar o comércio, suprimindo sua ambição e influência econômica na África. Todavia a conferência de Berlim acabou por legitimar o interesse manifestado pelo Portugal em expandir o seu negócio e dominar a Guiné.

Resistências e a Conferência de Berlim

Não obstante a presença portuguesa na Guiné, a sua influência no interior era insignificante, reduzida às pequenas feitorias e trocas comerciais nos interpostos com os chamados *lançados e tangomaos*⁵. A partir do século XV até metade do século XIX⁶, os portugueses pagavam tributos e outras taxas aos monarcas locais, inclusive uma taxa de autorização de residência aos chefes tradicionais ou dunus de tchon, na sociedade civil colonial, nessa época. Mas logo de seguida, a ambição aumentou, decidiram lutar pela posse do território. O que os diversos grupos étnicos negaram categoricamente e levou há um longo período de batalha contra a presença imperial portuguesa. Os papéis, por exemplo, recusaram a submeter-se ao colonialismo, reclamando serem os verdadeiros donos da terra. Houve uma resistência que culminou com uma luta sangrenta, onde foram derramados sangues por ambos os lados.

Assim como os Papéis, os Bijagós não se dobraram tampouco à dominação portuguesa. A região Bolama-Bijagós⁷ é uma das oito subdivisões político-administrativas do país, composta pela maioria do grupo étnico do mesmo nome. Dentro dessa etnia cada grupo clânico tem um régulo com certos poderes tradicionais, sobretudo usufruindo do prestígio e do respeito de sua comunidade (AUGEL 2007). Um povo lutador e conhecedor de técnicas de navegação, famoso e temido pelo regime colonial, os bijagós são hoje agricultores em sua grande maioria. Sua estrutura social é matrilinear, a principal divisão é por classes de idade, os velhos usufruindo de direitos especiais (FERNANDES, 1989; AUGEL 2007).

⁵ Gealmente crioulos, de origem cabo-verdiana, comerciantes, os *lançados e tangomoes* se miscigenaram aos nativos. Foram os principais intermediários entre os europeus e grupos étnicos da atual Guiné-Bissau.

⁶ Entre os anos de 1850 a 1915, fala-se de um período caracterizado pelo paralelismo de dois espaços de jurisdição do espaço: o primeiro, rural e indígena, regido pelo estatuto de poder local, já o segundo, urbano, colonial, regido pela propriedade privada e o comércio, mas continuavam pagando o imposto aos chefes (DIALLO, 2004 p.88, apud AUGEL, 2007 p.56).

⁷ A capital do arquipélago se chama Bolama, fica localizada na ilha homônima, sucedendo ao antigo concelho criado em 1871 pelos portugueses. Bolama foi elevada à categoria de cidade em 1913 e foi a capital da antiga Guiné Portuguesa até 1941. Em 1942 a capital muda de Bolama para Bissau, que já então era, de fato, a "capital econômica" da Guiné (AUGEL, 2007).

Guiné-Bissau sempre foi palco de disputa entre grandes potências europeias (sendo os principais França, Portugal, Inglaterra e Alemanha). Em 1800 a Inglaterra fez sentir a sua influência na Guiné, iniciando a sua reivindicação pela tutela da ilha de Bolama, Buba e todo o litoral. Entrou em disputa com o Portugal que também “reclamava a cidade que lhe foi concebida desde 1607, supostamente pelo régulo de Guinália para que nela se estabelecesse e defendesse contra os ataques dos Bijagós” (AUGEL 2007, p.54). Em 1870, por arbitragem do presidente dos EUA, Ulysses Grant, a Inglaterra desiste das suas pretensões sobre Bolama e zonas adjacentes no contexto da Conferência de Berlim realizada em 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 com objetivo de organizar, por meio de regras, a ocupação da África pelas potências coloniais. É mister ressaltar que a Conferência resultou numa divisão territorial que não respeitou, nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos africanos.

Porém, a ocupação do território e o domínio da administração colonial português na Guiné, com seus efeitos desagregadores, só se deu de facto na segunda metade do século XX através de uma acentuada presença militar para poder impor-se pela força e por violenta repressão e assassinato. A legendária rainha Okinka Pampa⁸ continua presente na memória dos guineenses como “um baluarte” contra o domínio colonial nas ilhas. Essa férrea resistente levou os portugueses a só poder considerar o território completamente “pacificado”, isto é, dominado, em 1936, quando, depois de anos de ferozes combates, os povos insulares acabaram “capitulando” (MENDY, 1994; AUGEL, 2007), mas as reações anticolonialistas continuaram com diversos tipos de resistências, “sendo as principais a resistência passiva, emigração, fuga, não pagamento dos impostos, recusa aos trabalhos forçados e protesto contra uma agricultura voltada à exportação” (MENDY 2007, p.21.).

A luta hegemônica entre os invasores portugueses e os grupos étnicos se tornava cada vez mais difícil para este último devido à superioridade bélica e poderio do exército colonial. As resistências eram fragmentadas, lutavam separadamente contra os portugueses até que chegou o momento em que alguns quadros nacionais decidiram se juntar mobilizando os camponeses para a formação de uma única frente que visava em um primeiro momento, lutar por uma justiça social onde os nativos teriam as mesmas condições sociais e os mesmos direitos com os portugueses, usufruindo de uma vida condigna. Assim nasceu um dos

⁸ Foi a primeira rainha Bijagó, famosa e temida pelo regime colonial português.

primeiros movimentos autóctones, Liga Guineense em 1910⁹. Esses movimentos não tinham interesses em expulsar o colonialismo, porque acreditavam que era possível moldar certos aspetos desumanos que o sistema colonial praticava. Mas com o passar do tempo às coisas vem piorando e logo, nos finais de 1940, com o surgimento de novos movimentos os objetivos mudaram automaticamente. A partir desse período, os autóctones só tinham um único interesse que era expulsar os fascistas portugueses para fora de Guiné. Acreditavam, ainda, que essa expulsão, podia acontecer de forma pacífica e negociada.

PAIGC e a Luta de Libertação Nacional

A luta de libertação nacional e a destruição do colonialismo em Guiné-Bissau e Cabo Verde, bem como eliminação de todas as formas de exploração colonial marca a fundação do Partido Africano para Independência (PAI), mais tarde acrescentado “Guiné e Cabo-Verde” (PAIGC), fundado em 1956, pelo saudoso líder guineense-caboverdiano Amílcar Lopes Cabral e seus cinco colegas do partido. A luta de libertação teve início na região Sul, concretamente em Tite, em 23 de janeiro de 1963¹⁰, após várias tentativas fracassadas de negociação com os portugueses. Foi uma luta feroz e sangrenta que durou dez anos (1963-1973).

Em 24 de setembro de 1973, após uma ampla campanha de mobilização e conscientização da população rural, o PAIGC proclamou a independência unilateral e busca o reconhecimento internacional. Em 10 de setembro de 1974, após a Revolução dos Cravos que derrubou o governo de Marcelo Caetano, em 25 de Abril do mesmo ano, em resposta a insatisfação dos oficiais militares com a derrota da Metrópole nas colônias – principalmente na Guiné-Bissau, o PAIGC assumiu o poder na Guiné-Bissau, e passou a gozar de status do partido único, conferido no artigo IV da Constituição da República, como única força política e dirigente máximo da sociedade civil e do partido de Estado.

Nesse período houve controle do partido sobre as demais forças políticas de oposição, silenciando qualquer tentativa de contestação social ou oposição política aos interesses hegemônicos do PAIGC (MENDY, 2007). Os dirigentes defendiam seus interesses pessoais porque se sentiam os verdadeiros portadores dos anseios da luta de libertação, ou seja, “anos

⁹ Falaremos mais adiante do surgimento desse movimento, e da sua importância na construção do espaço público guineense.

¹⁰ A luta de libertação teve seu início concretamente em Tite, e foi justificado pelo PAIGC como uma zona, estrategicamente, apropriado para uma luta de guerrilha. O PAIGC passou para ação direta porque notava que a via de diálogo era impossível após os portugueses terem assassinado barbaramente os estivadores guineenses no cais de pindjikit, intitulado “Massacre de Pindjikit”, em 03 de Agosto de 1959, em Bissau.

ku luta pa terra” [nós que fomos à luta]. Os princípios básicos que nortearam a fundação do partido foram desrespeitados por próprios “camaradas” de Cabral, membros de partido.

O meio irmão de Amílcar Cabral, Luís Cabral, era quem assumiu a Presidência da República, tendo guineense Francisco Mendes (Tchico Té) como Primeiro-Ministro. Como o PAIGC enfrentava conflitos internos, perseguições, apreensões e ajustes de contas por próprios “mandjuas”¹¹, o Tchico Té teria sido assassinado no contexto de disputa de poder dentro do partido. O mesmo foi substituído por João Bernardo Vieira, vulgo Nino, em 07 de julho de 1978. Os demais membros foram barbaramente fuzilados em público, em 10 de março de 1976¹², numa tabanca próxima de Canchungo, acusados de colaboração com as autoridades coloniais portuguesas.

Nessa política de perseguições e apreensões do tipo “tática chacal” (AMADO, 2013), que consiste em neutralizar o adversário, o primeiro Presidente indicado pelo PAIGC, Luís Cabral, foi deposto através de um golpe de Estado, em 14 novembro de 1980, liderado pelo comandante guineense João Bernardo Vieira, Nino, líder do “Movimento Reajustador”. O golpe de 1980 teve como base o conflito entre dirigentes guineenses e Cabo-verdianos do PAIGC. A disputa política foi interpretada como uma forma de assegurar a presença guineense nos cargos chaves do país (MENDY, 1996).

Este golpe que depõe o presidente Luís Cabral, levou a substituição da Constituição e da Assembleia Nacional pelo Conselho da Revolução. Em 1981, Cabo Verde e Guiné-Bissau cortam relações, acabando com o sonho da unidade e luta, proposto por Cabral. Alguns anos após o golpe, os que compactuavam com ele, começaram a contrapor suas análises. Isso se deve ao facto de que o governo do João Bernardo Vieira, Nino, não conseguia responder às demandas da sociedade civil. Neste impasse político-social, como o país produz poucos gêneros alimentícios e importa quase tudo para abastecer o mercado interno, porque carece de indústrias, o caminho de desenvolvimento econômico e da democracia revolucionária – outrora tida como o foco do partido – vai se tornando cada vez mais distante (TEIXEIRA, 2010).

Pairava aquele clima de incerteza acompanhado com desconfianças entre próprios dirigentes do PAIGC. Isso instigou o despotismo, calúnias, assassinatos que culminou com a exoneração de Vítor Saúde Maria, vice-presidente do Conselho da Revolução por alegado envolvimento na preparação de um golpe de Estado em 1984. A denúncia de golpe de Estado

¹¹ É um termo em língua kriol, que significa camaradas.

¹² Dentre várias personalidades assassinadas nesse dia podemos destacar o régulo dos manjacos, Joaquim Baticã Ferreira, régulo Upaié e Didi Ferreira, ex-comando africano.

e conspiração contra a segurança do Estado culminou na detenção, tortura, julgamento e condenação à morte de Paulo Correia, 1º Vice-Presidente do Conselho de Estado, Viriato Pã, Procurador-Geral da República e vários oficiais de etnia Balanta no caso 17 de outubro de 1985.

Vale ressaltar que, apesar do controle social e político do PAIGC, nos princípios dos anos oitenta aconteceu algo de suma importância para o país, no campo de produção de conhecimento autônomo e crítico. A fundação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), em 1984, pelos guineenses Dr. Carlos Lopes, Abdulai Sila, Carlos Cardoso, Mamadú Djaú, Raul Fernandes, dentre outros, serviu-se de refúgio para este grupo de jovens intelectuais, tornando-se num dos centros de referência em Ciências Sociais dos países africanos ex-colônias de Portugal.

Pós-independência e Transição Democrática

Nos finais de 1980 e princípios dos anos de 1990 ficou marcado pelo processo de transição de regimes autoritários para a democracia em África. No caso de Guiné-Bissau, o país foi obrigado a deixar o regime autoritário do PAIGC (partido de Estado) com aderência de novas forças políticas e revisão da Constituição em 08 de maio de 1991 para, entre outras alterações, eliminar o artigo IV, que consagrava o PAIGC como a força política dirigente da sociedade e do Estado (CARDOSO, 2007). Simultaneamente ao processo de liberalização política aprovou-se a Lei dos partidos políticos e da liberdade de imprensa em que o país passou a ser classificada em vias de democratização.

Nasceram vários movimentos partidários que mais tarde vão concorrer às primeiras eleições democráticas, realizadas em 1994. Nestas eleições, em que concorreram 15 forças políticas, o presidente Vieira foi reconduzido ao cargo via eleições diretas com 64,2% dos votos. O seu partido, PAIGC, conquistou a maioria dos assentos no Parlamento, com 62% dos votos. Na segunda colocação, ficou o Partido da Renovação Social, PRS, com 31% dos votos (TEIXEIRA, 2010). Carlos Cardoso, cientista social guineense, traça o quadro da liberalização e a expectativa que gerou na sociedade civil e na sociedade política (partidos e estado), sem alternância esperada, em um contexto de proliferação de novas forças partidárias.

Nos primeiros anos que se seguiram a estas alterações formais, nada fazia prever que assim não fosse. Tendo em conta a expectativa que se criou a volta do processo pluralista. Entre os anos de 1991 a 1992, data de liberação política no país, foram formalmente legalizados cerca de 20 partidos políticos. {...} na sequência destas, e apesar de não ter havido alternância política, o governo foi formado tendo em conta

o resultado das eleições. Pela primeira vez o PAIGC, que tinha saído como vencedor das eleições, formou um governo com base numa legitimidade conquistada nas urnas (CARDOSO 2007, p.10).

Nesta nova fase da vida democrática, imposta pelas agências internacionais das Organizações das Nações Unidas (ONU), sem engajamento esperado da sociedade civil, o PAIGC se manteve no poder e assumiu o controle dos setores chaves da economia, da política social (CARDOSO, 2007), como “normalmente acontece no regime de partido único ou “partido de Estado”, o que dificultava a ruptura com o passado autoritário” (TEIXEIRA, 2010 p.24). Isso porque a sociedade civil continuava sem poder, como instrumento da elite política. Aliás, como mostra a teoria Shumpeteriana, citado por Teixeira, na democracia liberal, onde os partidos competem no mercado do voto, um dos meios de participação dos cidadãos na política democrática é por via de eleições onde os cidadãos escolhem seus representantes, deixando o exercício da política para a classe dirigente e os partidos. No caso da Guiné-Bissau a sociedade civil tem sido pressionada pela sociedade política (Estado e partidos) e pela sociedade castrense devido sucessivos golpes de Estado, ao mesmo tempo em que buscam manter suas autonomias e canalizar suas demandas junto ao Estado. Esse facto relativizaria a teoria Shumpeteriana.

Conflito político de 1998

Em 1998, aconteceu uma sublevação militar, liderado pelo Chefe de Estado Maior do Exército, Ansumane Mané, que derrubou o governo “democrático” sob a liderança de João Bernardo Vieira, presidente do país e do PAIGC. O golpe de Estado, que teve seu início em 7 de junho do mesmo ano, durou 11 meses de intenso conflito. A razão do golpe teria sido porque o Presidente Vieira acusou o general Ansumane Mané de tráfico de armas para guerrilha de Casamansa, uma região fronteiriça do Senegal que desde os tempos coloniais luta pela sua autodeterminação e independência do Senegal (GONÇALVES, 2006).

Durante o conflito político militar de 7 de junho, é visível compreender que por de trás de tudo haviam interesses externos e disputas entre os países ocidentais europeus misturado com interesses regionais dos Estados vizinhos da Guiné-Bissau. Por exemplo,

O governo de Portugal apoiou o golpe de Estado visando recuperar o seu prestígio político e econômico na Guiné-Bissau, no que concerne à língua e o papel de interlocutor do país na Europa, assim como salvaguardar os interesses das empresas portuguesas frente à aproximação da Guiné-Bissau da França, que apoiava o presidente Vieira [...] o apoio da França ao Presidente Vieira visava ampliar seu

interesse político e econômico na região da África Ocidental (TEIXEIRA, 2010, p.31).

A França, através de Senegal e Guiné-Conakry, apoiava fortemente o Presidente Vieira enviando tropas para lutar contra os revoltados de “Junta Militar” que por sua vez era assegurado logisticamente pelo Portugal. O que chama atenção é que, durante esse período e outros, a sociedade civil na Guiné-Bissau, em particular nas ilhas Bijagós de Urok, criou uma forma de luta e da articulação política para manter a sua autonomia organizacional e política no processo da democratização da Guiné-Bissau, através de suas culturas, organizações sociais, estruturas de poder e coordenação no campo da sociedade civil, mesmo havendo essas lutas hegemônicas. Questão a ser aprofundada no desenvolvimento da pesquisa, trazendo dados empíricos.

Este projeto de pesquisa visa compreender a formação social dos grupos étnicos Bijagós de Urok e suas visões de desenvolvimento, tanto nas suas diferentes relações com organizações sociais (ONGs e Associações, Grupos e Comunitárias), assim como no que se refere às políticas públicas de desenvolvimento programadas pelas instituições públicas estatais. Pelo que percebemos a priori, parece que esta sociedade concebe a sociedade civil e o desenvolvimento para lá de categorias como mercado, Estado e sociedade a partir de visão do ocidente.

Problematização do objeto de pesquisa

O conceito de sociedade civil e do desenvolvimento são concebidos tradicionalmente a partir de categorias como mercado, Estado e sociedade, nos moldes das organizações capitalistas das sociedades ocidentais europeias, principalmente a partir da década de 1980, com o fim do projeto socialista do Leste Europeu e com a “crise” de estado de Bem-Estar, também conhecido por sua denominação em inglês, Welfare State, a nível mundial.

A categoria sociedade civil e Estado, que tem o liberalismo como um dos seus principais pilares político-ideológico, desconsidera o contexto histórico e social distintos do contexto ocidental europeu. No contexto guineense, percebe-se a presença de grupos da sociedade civil Bijagós de Urok com visões e percepções de desenvolvimento distintas, mas inseridos no contexto global do capitalismo. O projeto problematiza e transforma em objeto de pesquisa como uma sociedade civil marcada por formas de organização menos institucionalizada percebe as questões de desenvolvimento, tanto a nível nacional, quanto em

âmbito comunitário a partir da experiência vivenciada no cotidiano? Tomando como referência esse quadro acima apontado, os objetivos da pesquisa são:

Objetivo geral

Analisar a configuração de grupos da sociedade civil de Urok e suas visões de desenvolvimento.

Objetivos específicos

- I. Compreender suas formas de organização e ações coletivas;
- II. Compreender suas visões de desenvolvimento;
- III. Compreender suas demandas e práticas socioculturais;
- IV. Compreender as articulações, internas e externas, nas relações entre os grupos, ONG's e o governo.

Metodologia

O presente trabalho basear-se-á numa análise bibliográfica que consistirá em rever literaturas que falam do preludio dos temas “sociedade civil” e “desenvolvimento”, relacioná-los com contemporaneidade, sobretudo, no contexto africano da sociedade de Urok, Guiné-Bissau. Por via da internet e da biblioteca da Unilab procuraremos livros, teses, dissertações, artigos, de dentro e fora do Brasil, indispensáveis para a análise dos dados. Sendo que o estudo optará por adotar como base fontes primárias, focaremos na pesquisa qualitativa.

No método qualitativo, o pesquisador observador torna-se parte integrante de uma estrutura social – estudo de caso –, e na relação face a face com os sujeitos da pesquisa realiza a coleta de dados e informações, segundo Martins (2008). Já no entender de Strauss & Corbin (1990), a pesquisa qualitativa é aquela em que os resultados obtidos não são provenientes dos procedimentos estatísticos ou outros de quantificação. Isto não significa que sejam especulativas. Elas têm um tipo de objetividade e de validade conceitual, que contribui decisivamente para o desenvolvimento do enfiamento científico. O papel do observador participante requer, nesta concepção, desprendimento e envolvimento pessoal (STRAUSS & CORBIN, 1990).

No entanto faremos o estudo de caso com expedições para pesquisa de campo – observação participante – e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Se bem que em Estudo de Caso o pesquisador é formalmente conhecido, podendo ser, ou não, parte integrante do caso. Neste caso se diz que o observador-pesquisador precisará ter permissão dos responsáveis para realizar o levantamento e não ser confundido com elementos que avaliam, inspecionam ou supervisionam atividades. “O grande desafio do investigador é conseguir aceitação e confiança dos membros do grupo social onde realiza o trabalho de campo. Para tanto, o êxito de uma pesquisa dessa natureza dependerá da capacidade do investigador de, harmoniosamente, integrar-se ao grupo” (MARTINS 2008, p.25). No nosso caso vejamos que isso não constituirá preocupação, haja vista que somos oriundos desta sociedade e conhecemos algumas formas de inserção nela. Vamos explorar o facto de não sermos estranhos a eles como forma de permiti-los expressar livremente os factos. Estamos conscientes de que, mesmo pertencendo de que maneira a sociedade de Urok, devemos ter a noção clara sobre aquilo que se deseja levantar, pois, do contrário, não se consegue ganhar confiança dos mais velhos que são importantíssimos neste contexto africano, tampouco obter elementos que permitam análises e reflexões. Os informantes-chave (os mais velhos) são fundamentais para um estudo desta natureza, pois fornecem ao pesquisador percepções e interpretações de eventos, como também podem sugerir fontes alternativas para corroborar evidências obtidas de outras fontes, possibilitando, conforme a situação, o encadeamento de evidências: achado básico para um Estudo de Caso construído com qualidade.

Já concernente a aplicação de entrevista semiestruturada, em que o respondente é abordado por um entrevistador, altamente treinado, para obtenção de informações detalhadas sobre tema específico, a fim de levantar motivações, crenças, percepções e atitudes em relação a certa situação e/ou objeto de investigação, usaremos gravador, evidentemente, com aquiescência do entrevistado. Utilizaremos também, com permissão dos autóctones, aparelho fotográfico como forma de trazer um pouco da imagem ilustrativa.

Projetamos quatro etapas de trabalho de pesquisa, sendo a primeira uma revisão bibliográfica, a segunda, a construção dos elementos de pesquisa (pesquisa de campo), a terceira, a análise do material coletado e a quarta última a redação do trabalho final e defesa.

Pretendemos dividir o trabalho em três partes: uma introdução, quatro capítulos e uma conclusão.

A introdução inclui apresentação do país (Guiné-Bissau) e as mudanças político-sociais que ocorreram nele, também aspectos metodológicos que direcionaram a pesquisa, os elementos

que justificam nosso estudo e a contextualização teórica. As questões que nortearão a existência dos quatro capítulos são:

- I. Como se configura a sociedade civil nas Ilhas Bijagós de Urok?
- II. Qual é a percepção de sociedade civil e de desenvolvimento?
- III. Quais são as demandas e repertórios de ações coletivas?
- IV. Qual é a relação e nível de articulação entre grupos locais, ONGs e governo?

Justificativa

Em minha experiência como cidadão, pertencente ao arquipélago dos Bijagós, notei que a sociedade Bijagó e o seu meio ambiente conservam o seu equilíbrio, ao mesmo tempo em que enfrentam os desafios do desenvolvimento capitalista em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Por outro lado, a configuração social do arquipélago dos Bijagós está condicionada por ritos, cerimônias, posto que a socialização se dá nas relações entre o homem e a natureza (cem dias por ano são consagrados a cerimônias tradicionais) relacionados, em grande parte, com a vida comunitária.

Por exemplo, a ilha de *Poilão*, descoberto há apenas alguns anos, é um lugar considerado *sagrado* onde não se pode verter sangue, nem humano nem animal. Para desembarcar nesta ilha é necessário pedir a autorização dos espíritos, imaginados pela sociedade civil de Urok, como realidades de visões de mundo socialmente constituídas nas relações sociais. Outra questão são as políticas públicas do governo definidas a partir dos interesses das empresas em detrimento dos interesses coletivos da sociedade civil de Urok. As terras são adquiridas por meio de um contrato, ou licença de exploração, segundo os interesses privados, o que tem conduzido percepções distintas, composições, conflitos e articulações das organizações da sociedade civil.

O projeto justifica-se pela sua importância em estabelecer alguns parâmetros para compreensão da ação coletiva e das demandas: social, cultural, política e ecológica a partir das percepções das organizações e grupos da sociedade civil Bijagó, na ilha de Urok. Daí a justificativa e pertinência da nossa pesquisa em contribuir para o entendimento das percepções de desenvolvimento. Como os grupos encaram o desenvolvimento? Que tipo de relações existem entre os grupos e as ONG's? Quais são as demandas desses grupos sociais autóctones para um projeto de desenvolvimento endógeno participativo? Nesse caso, há que

considerar os desafios e condições de possibilidades, conflitos, tipo de relação com governo e atores.

Quadro teórico sobre a sociedade civil

Sociedade civil é um conceito polissêmico e sempre constitui objeto de pesquisa e de debate em Ciências Humanas e Sociais, analisado a partir de categorias como mercado, economia e Estado com o objetivo de compreender os processos sociais e suas condicionantes políticas, econômicas e culturais, em que há grupos sociais e étnicos excluídos nessa conceituação (TEIXEIRA, 2010). O objetivo é rever o debate e o contexto histórico ocidental no qual se deu a noção de sociedade civil, conforme o grau de sua organização social e institucionalização política e econômica nos países europeus.

A primeira tentativa de interpretação do conceito da “sociedade civil” se deu na Antiga Grécia, com um filósofo conhecido por Aristóteles, sob a denominação de “Koinonia politiké”, traduzida para latim como “societas civilis”, entendida como comunidade de cidadãos livres e iguais em direitos (TEIXEIRA, 2010 p.8). É nesse sentido que o conceito de sociedade civil é clássico. Era uma forma de caracterizar os povos atenienses, considerada sociedade civilizada em contraposição às sociedades não-civilizadas ou étnicas e indígenas, onde os cidadãos da polis eram convidados a participar eles mesmos nas decisões que lhes diziam respeito, e, não havia separação entre a sociedade civil e o Estado, entre representantes e representados, entre público e privado. Nesse sentido, a sociedade civil significava comunidade dos cidadãos livres e iguais em direito, mas dela só fazia parte uma parcela nobre da população, excluindo as mulheres, os menores de 18 anos, os escravos, os estrangeiros, “sem sociedade civil” e, conseqüentemente, não participavam da vida política pública na antiga polis Ateniense. Com isto os grupos étnicos das Ilhas do Urok dos Bijagós, os movimentos feministas e sociais, dos trabalhadores, de pessoas pobres, eram excluídos do direito da cidadania, do direito econômico e político por muitos filósofos, nesse período histórico do conceito.

A definição desse conceito, bem como as interpretações que fizeram dele, sofreram alterações na modernidade. Tais alterações, desenvolvidas por filósofos como Montesquieu, Paine e Ferguson, inaugurou uma nova interpretação conceitual da sociedade civil de matrix contratualista, segundo a qual sociedade civil correspondia à sociedade política ou Estado, distanciando-se da interpretação dada por Aristóteles sobre a sociedade civil. Segundo Norberto Bobbio (1982),

[...] os jusnaturalistas entendem por sociedade civil a sociedade política, aquela sociedade em que os indivíduos garantem por meio de contrato social os seus direitos e deveres através de leis públicas. Nesse sentido, a sociedade civil nasce por contraste a um estado primitivo de humanidades em que homem vivia sem outras leis se não as da natureza. Somente na sociedade civil existem as condições para a observância das leis da razão advindas do Estado (BOBBIO1982, Apud TEIXEIRA, 2010, p.102).

Nessa acepção, o Estado aparece como expressão da sociedade civil, isto é, a esfera da sociedade política, em contraposição aos grupos considerados primitivos, “sem estado” e “sem sociedade civil”, atribuindo a eles um lugar à parte na modernidade. Para a superação deste estado “primitivo”, o contrato social seria, então, o único caminho a seguir e a justificativa mais credível para a necessidade da constituição de uma sociedade civilizada, marco referencial para muitos estudiosos do tema da época. Também seriam obrigados a mudar suas culturas e adotar a cultura ocidental do Estado e do mercado capitalista que é usado para legitimar a sociedade civil ocidental, que seria a única forma aceitável a designação de sociedade civil, com a emergência da sociedade moderna.

Todavia essa concepção de sociedade civil, manifesta uma visão etnocêntrica, em que a formalização, através de escrita e do conhecimento racional, está intimamente ligada ao “mito do progresso”, cuja prova inquestionável se encontra no progresso da ciência, vista pelo positivismo e evolucionismo social como condição *sine qua non* para o progresso da humanidade como um todo (TEIXEIRA, 2010). É nesse contexto também que o desenvolvimento é compreendido como expressão da modernização e crescimento econômico, pensada historicamente como esfera do Estado, mediada pelo mercado.

A partir do século XIX surgiram novas interpretações de sociedade civil, especialmente com a contribuição de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Em contraposição à tradição jusnaturalista da separação sociedade civil-Estado, Hegel entende por sociedade civil na acepção das esferas pré-estatais ou pré-políticas, ampliando o conceito para além da esfera meramente econômica e jurídica, como faz a teoria de propriedade e do contrato social. Hegel acreditava que o estado de natureza é também um estado social e que as regras do mercado são fundamentais para a estruturação da sociedade civil.

Para Hegel, os interesses de indivíduos e das instituições na sociedade civil é que a delimita, mas a superação dessas limitações individualistas na forma como os indivíduos olham a si mesmo seria alcançada na mediação entre a família e o Estado, pela via da própria sociedade civil, a qual, entre outras atribuições, teria um papel importante para o

desenvolvimento de uma vida ética, algo intimamente ligado à vida dos sujeitos sociais (ARATO e COHEN, 1994 Apud TEIXEIRA, 2010, p.13).

Assim é que para Hegel, nem o Estado nem a família são capazes de esgotar a vida dos indivíduos nas sociedades modernas. Na interação entre ambas esferas, surgem outros elementos, a saber: um “ sistema de necessidades” ou da economia, resultado da inserção do indivíduo no mercado capitalista; uma “administração da justiça” que protege a propriedade e liberdade do indivíduo e a polícia (autoridade geral - Estado) e a corporação que regula os dois momentos precedentes, já apontados (LOURAU, 1975, p.38, Apud TEIXEIRA, 2010).

Hegel reconhece de forma clara, o que era considerado inovação, o papel importante que as organizações sociais como corporações, associações e comunidades da sociedade civil têm desempenhado, sobretudo na mediação do relacionamento político entre o indivíduo e o Estado (PINHEIRO, 1994 Apud CARDOSO, 2007 p.7). Observa-se que o binômio sociedade civil-Estado presente na formulação dos jusnaturalistas e contratualistas é deslocada e ampliada para o trinômio sociedade civil-Estado-mercado como resultado do processo da relação acima descrita.

Hegel definiu a sociedade civil como predominantemente relacional para estabelecer uma nova ordem ética de vida:

[...] a sociedade civil implica simultaneamente determinações individualistas e a procura de um princípio ético que jamais poderia vir do Estado ou da família. Assim, a sociedade civil é a esfera das relações econômicas e, ao mesmo tempo, de sua regulamentação externa, segundo os princípios do Estado liberal. É simultaneamente sociedade burguesa e Estado burguês, na qual concentra a crítica hegeliana da economia política e da ciência política, inspirada respetivamente nos princípios da liberdade natural e do Estado de direito (BOBBIO 1982, p.30)

Ao fazer esta aproximação da sociedade civil com o Estado liberal, como forma de contrariar os contratualistas que definiram Estado como sociedade civil, Hegel não consegue perceber o papel desempenhado pelas associações independentes e pelos indivíduos conscientes e reflexivos no processo da construção da sociedade civil moderna, revendendo seus direitos e autonomia, fora das estruturas do Estado moderno.

Já concordando com Teixeira (2010), se analisarmos o conceito de sociedade civil hegeliana, do ponto de vista da economia de mercado, em que os indivíduos, guiados pelos seus interesses, buscam satisfazer as suas necessidades mediante o trabalho nas sociedades modernas, as etnias, pelo menos na Guiné-Bissau, parecem configurar-se de forma distinta. Por essa razão, no caso concreto de nosso objeto de pesquisa, as categorias hegelianas de sociedade civil e de Estado, restrita a sociedade Ocidental europeia, não nos dá acesso a uma

visão mais ampla sobre as configurações sociais da etnia Bijagó, como parte da sociedade civil, daí a necessidade de um estudo da sociedade civil de Urok.

A quarta interpretação de sociedade civil é dada por Karl Heinrich Marx, intelectual revolucionário alemão e idealizador do materialismo histórico e do comunismo. A teoria do Marx sobre a sociedade civil é uma “antítese sociedade-Estado” (TEIXEIRA, 2010) ou “natureza-civilização”. Ele foi quem deu a passagem do termo de sociedade civil como o *momento estrutural*, o momento decisivo das relações econômicas de produção. A grande preocupação de Marx era entender os mecanismos e significados do capitalismo por meio dos quais os trabalhadores tornam-se mercadorias na estrutura social capitalista.

[...] a sociedade civil, para Marx, compreende todo o conjunto da vida econômica e das relações materiais dos indivíduos dentro da sociedade, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas [...]; relações que caracterizam, por sua vez, a estrutura de cada sociedade, isto é, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura política e jurídica [...] Portanto, por sociedade civil, devemos entender emancipação política da sociedade civil-burguesa (BOBBIO, 1998, p. 1209; Apud TEIXEIRA, 2010, p.9).

Para Marx, sociedade civil não é uma instituição intermediária entre a família e o Estado, como em Hegel, mas se reduziria à necessidade da burguesia e da sociedade capitalista vista a partir da contradição entre os proprietários e não-proprietários dos meios de produção. Por isso que na sua obra, as lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na sociedade passam, necessariamente, pela abolição do mercado e do Estado, porque não querem o bem da sociedade, mas sim o bem daqueles que detêm o poder. Isso causou, para maioria, grandes dificuldades em compreender a dinâmica do seu capitalismo moderno. Embora Marx tenha contribuído para compreensão das contradições sociais, particularmente nos estágios avançados do capitalismo, ele minimizou ou não conseguiu perceber outras dimensões relacionais da vida social. Daí que Antonio Gramsci introduz uma profunda inovação na tradição marxista. Ele traz o quinto significado sobre a noção da sociedade civil que ora apresentamos. Nesta acepção, pode-se falar em sociedade civil como momento *superestrutural*, ou se quisermos adotar a definição conceitual gramsciana,

[...] entende-se por sociedade civil um conjunto de organismos privados formados pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão de um conjunto de crenças e valores que fundamentam suas reivindicações, sendo os principais o sistema escolar, as igrejas, as associações profissionais e da cultura (GRAMSCI, 1991 p.31)

Isto mostra que, para Gramsci, a sociedade civil não se resume a um conjunto das relações materiais de produção, mas também se constrói a partir da vida espiritual e

intelectual ao longo de sua trajetória. Sociedade civil como uma das esferas do Estado em seu sentido ampliado, onde o que importa não é ruptura, mas sim complementaridade entre forças sociais que lutam para conquista de hegemonia (GRAMSCI, 1991). Apesar da contribuição de Gramsci para configuração das práticas e dos procedimentos da sociedade civil, sua formulação não escapa das ambiguidades. Por um lado, a sociedade civil é o lugar da hegemonia e, por outro, seu papel é relativizado pela tarefa de transformação da infraestrutura e pelo reduzido significado da política na sociedade pós-industrial em que o partido assume as reivindicações dos grupos da sociedade civil, o que parece ser um paradoxo para autonomia material e simbólica da própria sociedade civil.

O sexto conceito da noção de sociedade civil é dado por Jürgen Habermas, outro sociólogo alemão oriundo da tradição da teoria crítica e membro da Escola de Frankfurt. A novidade da Teoria da Ação Comunicativa elaborada por Habermas foi justamente chamar a nossa atenção para a esfera distinta da sociedade civil, abrindo caminho para análise crítica das várias correntes da teoria da sociedade civil. A busca da especificidade habermasiana levou ao aprofundamento da análise sobre a temática, argumentado que,

[...] a sociedade civil consiste num núcleo institucional formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas ancoradas nas estruturas de comunicação da esfera pública, nos componentes sociais do mundo da vida. Assim concebida, a sociedade civil exclui o domínio do aparelho burocrático do Estado e do mercado e inclui, no núcleo institucional, apenas aquelas instituições voluntárias que constituem a base social das esferas públicas autônomas (HABERMAS, 1997 p. 99 Apud TEIXEIRA, 2010, P.13)

Entretanto, como afirma TEIXEIRA (2010), nessa concepção, existe um dualismo habermasiano, no qual a sociedade civil passa a se constituir por intermédio de duas lógicas distintas – uma dada pelo *mundo da vida*, e outra dada pelo *sistema econômico-político* – e uma contraposição a Gramsci, que pensa a sociedade civil como uma das esferas principais do Estado. Para Habermas o mundo da vida e a sociedade civil constituem a pré-condição institucional e cultural para o surgimento de identidades coletivas com capacidade de ação. Sem esta condição, Habermas acredita seria impossível redefinir as identidades, reinterpretar normas e desenvolver formas associativas igualitárias e democráticas, que proporcionariam as condições de possibilidades para a democracia radical (TEIXEIRA, 2010, p. 103).

A questão da democracia radical, que geraria processos políticos e culturais e núcleos institucionais autônomos, possibilitaria à intervenção dos sujeitos sociais na esfera pública de forma autônoma na formação de opiniões públicas: definir questões, trazer contribuições para resoluções de problemas por meio de processos da socialização dos cidadãos no mundo da

vida. Mas esta definição da sociedade civil é vista como problemática, para a autonomia dos grupos fora dos mecanismos de controle do núcleo institucional.

Cohen e Arato (2000), tendo como base a teoria habermasiana, articulam a sociedade civil com o Estado e o mercado, ao mesmo tempo, tomando em consideração outros mecanismos intermediários que vão além dessas duas instituições no contexto da dinâmica global. Com essa intermediação, esses autores acreditam que a sociedade civil será capaz de manter a sua própria existência e autonomia quando não se identifica com o Estado em busca de suas especificidades, o que não significa negar a existência estatal.

De uma maneira geral, as concepções defendidas por estes cientistas sociais sobre a noção da sociedade civil, desde a concepção clássica aristotélica, passando por Hegel até os mais recentes como Gramsci (1991), Habermas (1997) e Cohen e Arato (2000), são reflexos de um contexto sociocultural e político do Ocidente, não refletem, necessariamente, a categoria sociedade civil, pelo menos no sentido que lhe conferimos neste trabalho. A contribuição teórica da nossa pesquisa leva em consideração a busca da especificidade e o contexto histórico no qual estão inseridos os grupos da sociedade civil das ilhas dos Bijagós de Urok que lutam para manter sua autonomia no quadro da dinâmica e da expansão dos movimentos sociais contra a lógica capitalista globalizada. Nesse sentido, há que considerar, a produção de conhecimento e a elaboração de teorias sobre a sociedade civil na literatura africana, principalmente nos estudos guineenses, no sentido de que conferem importância os estudos guineenses e estudos sobre a Guiné-Bissau para compreensão da formação e do desenvolvimento da sociedade civil a partir dos anos 1990, com o processo de democratização do Estado e da sociedade.

Debate Conceitual de Sociedade Civil na Guiné-Bissau

Antes de fazer recorte para analisar, em específico, a configuração da sociedade Bijagó, vale rever um pouco a construção e a relação da sociedade civil com o Estado, na Guiné-Bissau. Para isso, faz-se necessário apresentar as contribuições e considerações dos autores oriundos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). As contribuições de autores ousados como Lopes (1987), Santos (1989), Imbali (1989), Jau (1989), Cardoso (1989), Koudawo (1996, 2001), foram de grande importância para a institucionalização das ciências sociais no país, de acordo com Teixeira.

[...] os primeiros estudos que surgiram na Guiné-Bissau sobre a sociedade civil enquadram-se nos esforços dos sucessivos governos em elevar o desenvolvimento econômico e social em diversas regiões do país, o que acabou despertando o interesse de alguns pesquisadores para o tema. Ao analisar essa literatura, percebe-se uma grande preocupação dos pesquisadores em investigar a sociedade civil levando em consideração, em primeiro lugar, o contexto social, político e econômico na qual se insere (TEIXEIRA 2010, p. 213).

O autor destaca três períodos que marcaram a relação entre Estado e sociedade civil na Guiné-Bissau. O primeiro período começa de 1911 a 1915, altura em que deu surgimento da Liga Guineense, que foi uma das primeiras organizações da sociedade civil, segundo princípios “ocidentais” de vida associativa (TEIXEIRA, 2010), formada por pequenos comerciantes e proprietários. Este movimento, de uma certa forma, estava ancorado no sistema administrativo colonial, em que a noção de sociedade civil, nesse período, estava ainda atrelada ao processo de emancipação econômica e comercial do país.

O segundo período começa a partir de 1956, período em que surgiram os movimentos independentistas e nacionalistas da sociedade civil, dentre os quais se destacava o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) e outros movimentos políticos. O objetivo desses grupos sociais, era, em sua maioria, acabar com a dominação colonial portuguesa, melhorar as condições de vida dos povos da Guiné e de Cabo-Verde, e também aplicar os princípios da democracia revolucionária, propostos pelo líder do PAIGC, Amílcar Cabral. Nesta época, o conceito de sociedade civil era ligado fortemente ao movimento rural camponês, cuja estrutura organizava-se em forma de cooperativas que, logo no princípio, não possuíam nenhum instrumento jurídico formal que regulamentasse suas atividades.

[...] as práticas associativas que decorriam dessas cooperativas não visavam apenas garantia da subsistência dos seus membros, mas à luta para a implementação de um novo projeto político de desenvolvimento econômico e social, que levasse em consideração, primeiramente, o nível do desenvolvimento da própria comunidade, contrapondo-se ao modelo autoritário imposto pelo regime colonial, que, não só negava suas formas de solidariedade, nas quais buscavam a independência do país, mas também se opunha a sua identidade, vista pelos colonizadores como caótica, irracional e primitiva (TEIXEIRA, 2010, p.14).

A dominação, repressão e assassinatos do sistema colonial fascista, a partir da segunda metade do século XX, implantado por Portugal, nas colônias, negava os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos, nomeadamente o direito à livre expressão das ideias, à liberdade de associação e de livre participação em atividades políticas e sociais sistematicamente ignorado ou violado pelo regime colonial (CARDOSO 2008, p.20).

As organizações e grupos da sociedade civil queriam era viver com liberdade de poder “andar com os seus próprios pés e guiados pelas suas próprias cabeças”, facto que a

colonização lhes negava. Isto porque havia um controle social e político pelos fascistas portugueses de modo que qualquer ação que não atrelasse aos princípios do sistema colonial era boicotada. Mas estes impedimentos nunca impossibilitaram as ações coletivas dos camponeses. Aliás, permitiu lhes serem mais inteligentes e cautelosos nas suas reivindicações, como afirma Cardoso, citando Makumbe (Apud CARDOSO, 2008 p.23), bem como a negação de direitos de grupos anteriores a presença colonial em África.

Por isso é extremamente importante pôr em evidência, entre outros aspetos, a força das estruturas formais e informais tradicionais quando se fala da sociedade civil na África.

[...] o conceito de sociedade civil carece, no entanto de um referente claro e distinto. Qualquer leitura deve ser feita a partir de uma perspectiva bem determinada, e por isso pode se questionar se o conceito pode ser tomado como algo universal aplicável a todas as sociedades em todas as épocas” visão essa que aqui compartilhamos neste trabalho. (CARDOSO, 2008 p. 4).

Vimos que essa é única forma de contrapor à armadilha de concepções dualística, há que haver uma ligação estreita entre a sociedade civil e a sociedade que a produziu, olhando para “o público” e “o privado” (CARDOSO, 2008 p.3) como categorias dialéticas cujos conteúdos são susceptíveis de sofrer alterações ao longo do tempo. O questionamento apontado por Cardoso, acima, reforça a crítica da noção de sociedade civil adotado nesse trabalho. A perspectiva aqui adotada incorpora dimensões menos institucionalizadas da sociedade civil, a exemplo de grupos Bijagós das Ilhas de Urok.

Conceito de desenvolvimento na literatura internacional

Desenvolvimento é um conceito infinitamente polissêmico e polemico ao mesmo tempo, à semelhança do conceito de sociedade civil, já assinalada. Polissêmico porque é uma expressão que teve sua origem nas ciências biológicas que era usado para explicar o fenómeno de crescimento dos organismos vivos, do ponto de vista sistêmico, mas se propagou rapidamente e hoje aparece em várias áreas do conhecimento científico.

É polemico pelo facto de ter nascido num contexto ambíguo da coexistência da colonização e do neocolonialismo, frequentemente atrelado aos países da América Latina e da África. Uns acreditam na sua existência, mas atrelado a noção crescimento económico. Aqui a sociedade civil é entendida como expressão das relações de produção no mercado capitalista. Mais recentemente, outros elementos têm sido ressaltados para além do campo produtivo atrelado ao mercado, daí a necessidade de uma retrospectiva conceitual desse conceito.

O ceticismo no desenvolvimento

Alguns autores concebem o “desenvolvimento” como um conceito infinitamente ligado às teorias que sustentam a dominação europeia sobre “os não europeus” (VEIGA 2010, p.17). Para esses céticos do desenvolvimento, usando expressão de Carlos Lopes, a estratégia de dominação europeia é pura e simplesmente voltada para expansão da hegemonia do ocidente sobre o resto do mundo, África e América Latina, considerados subdesenvolvidos. Arrighi (1997) defende que o desenvolvimento é uma farsa. Para ele, o que se vê é uma luta pela aquisição e controle das indústrias. Industrialização e desenvolvimento não são necessariamente a “mesma coisa”, defende este autor, mas tem sido pensado de forma equivalente. E isso se dá, sobretudo, porque “a eficácia da industrialização em distribuir riqueza como um todo declinou com sua expansão geral até que, na média em que seus retornos se tornaram negativos” (ARRIGHI 1997, p.199) para os países “subdesenvolvidos”.

A abordagem de Arrighi, contrariamente da visão economista do desenvolvimento, teceu duras críticas afirmando a esta visão que a riqueza não pode não ser buscada como um fim em si mesma, atrelado ao crescimento do Produto Interno Bruto, mas como um meio para obter outras coisas, tais como, “bem-estar”, “participação política”, “prestação de conta”, “distribuição de poder”, “exercício da cidadania” por parte das organizações e grupos da sociedade civil. Essa abordagem tem implicação direta na perspectiva que conduzimos este projeto segundo percepções das organizações e grupos da sociedade civil na ilha de urock.

A ideia do crescimento econômico como desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento, entendido como desenvolvimento, é assunto que persistiu até os finais do século XX. Em seguida, inaugurou-se, a partir dos anos 1990, o lançamento do “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹³. Veiga (2010) nos mostra que, até o início dos anos 1960, praticamente não havia muita necessidade de separar o crescimento econômico do desenvolvimento

¹³ “A publicação do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990, teve o claro objetivo de encerrar o uma ambiguidade que se arrastava desde o final da 2ª Guerra Mundial, quando a promoção do desenvolvimento de passou a ser, ao lado da busca da paz, a própria razão de ser da Organização das Nações Unidas (ONU)” (VEIGA 2010, p. 18).

“[...] Pois as poucas noções desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado. Todavia, foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados não se traduziu necessariamente em maior acesso a saúde e educação” (VEIGA 2010, p.19).

Foi exatamente na base deste último argumento que o debate conceitual, a nível mundial, sobre o “sentido vocábulo” “desenvolvimento”, ganhou sua própria independência conceitual e teórica (VEIGA, 2010). Vale ressaltar que, mesmo nos dias de hoje, com a divulgação anual do índice de Desenvolvimento Humano pela ONU, procura-se ir para além da variável renda *per capita* (PNUD, 2014), introduzindo assim outras dimensões: a educação, o emprego, a saúde, a segurança, o gênero, entre outras dimensões que ampliaram a visão economicista de desenvolvimento. É nesse contexto também que se torna pertinente analisar o lugar das organizações e grupos da sociedade civil na definição de desenvolvimento, entendido como expressão de políticas públicas do Estado para a sociedade civil no arquipélago dos bijagós.

Desenvolvimento como liberdade dos cidadãos

Para Amartya Sen, a pobreza ou não desenvolvimento não é nada mais além do que privação de liberdades das organizações e grupos da sociedade civil. No seu entender o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas ou grupos desfrutam (SEN, 1999) em plenas faculdades de suas liberdade, rejeitando qualquer concepção de desenvolvimento vinculado ao mercado capitalista. O desenvolvimento, nesta perspectiva sentiana, requer que se “removam as principais fontes de privação de liberdade, como a pobreza e tirania dos regimes de pendor autoritário, que controlam a sociedade civil, negligenciando as os serviços públicos com a política de intolerância ou interferência excessiva de Estado nas organizações e funcionamento da sociedade civil repressivo” (SEN 1999, p. 17).

É claramente perceptível que esta sua visão de desenvolvimento como expansão de liberdades reais contrasta com as visões “mais restritas de desenvolvimento” (VEIGA, 2010), como identificado, identifica o desenvolvimento com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Ao negar todos esses aspetos, acima mencionados, como definição exclusiva do

desenvolvimento, SEN não está dizendo que não são elementos de desenvolvimento, mas o que ele tenta evitar é uma análise simplista reducionista do conceito de desenvolvimento.

{...} o crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN 1999, p.16).

Sem evidencia que todos esses fatores - industrialização, progresso tecnológico ou a modernização social podem, de forma substancial, contribuir para expandir a liberdade humana, mas são insuficientes, dependerão também de outras influências adicionais. Por isso, pode se dizer que a caracterização do desenvolvimento como “expansão de liberdades substantivas” (SEN, 1999), a nosso ver, dirige atenção para os fins que o tornam importante, em vez de limitá-la a alguns dos meios que também desempenham um papel relevante no processo, mas que, só em si, são insuficientes para medir o desenvolvimento.

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, à oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços público e assistência social, como, por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais (SEN 1999, p. 17).

Desenvolvimento como transformação de capacidades

Carlos Lopes (2005), sociólogo guineense, vê o desenvolvimento como transformação de capacidades. Ou seja, desenvolvimento como a aquisição de habilidades em três níveis: individual, institucional e social.

No nível individual, capacidade é geralmente entendida como aptidões e habilidades. No nível institucional, capacidade é vista não apenas em termos de capacidades coletivas das pessoas que constituem a organização, mas também em termos de como as instituições são estruturadas, como elas operam e se relacionam com o ambiente mais amplo em que se inserem {...} Capacidades sociais oferecem os tipos de oportunidades no setor público e/ou privado que permitem a indivíduos e instituições expandir suas aptidões ao máximo (LOPES 2005, p.49).

Isto significa fomentar processos domésticos, valendo-se da riqueza do conhecimento e das capacidades locais e expandindo-os para atingir os objetivos que o país definir (LOPES, 2005). Por isso, segundo Lopes, “se quisermos que o desenvolvimento de capacidades seja efetivo, serão necessárias mudanças estruturais no nível individual e coletivo, articulando outros níveis” (LOPES 2005, p.50). Aqui, as organizações e grupos da sociedade civil e o Estado podem ser vistos, nessa visão de Lopes, como atores importantes na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tanto em nível individual e social, quanto a nível político e institucional do Estado.

Desenvolvimento em África

Para Latouche (2005), tanto o crescimento econômico como o desenvolvimento nos seus múltiplos significados, são conceitos exógenos impostos aos países dependentes do Ocidente, afirmando que

{...} o termo “desenvolvimento” não tem nenhum equivalente na maioria das línguas africanas. Os Bubi da Guiné Equatorial utilizam um termo que significa ao mesmo tempo crescer e morrer, e os ruandeses constroem o desenvolvimento a partir de um verbo que significa andar, sem que uma direção específica seja definida na ideia. Os camaroneses de língua Eton são ainda mais explícitos. Eles falam {sonho de homem branco}. A representação do desenvolvimento não possui equivalente na língua Moré e se traduz pela frase “ton maoondame tenga taoon kend yinga” {nós lutamos para que sobre a terra (na aldeia) as coisas funcionem para o corpo} (LATOUCHE 2005, p.6).

O mesmo acontece com muitas etnias guineenses, como no caso dos bijagós, que é o foco da nossa pesquisa. Os bijagós de Urok não conheciam o termo “desenvolvimento” antes do período colonial e da intervenção de diversas ONG’s que ali atuam hoje. Isto se nota pelo facto de, na língua local (bijagó), não existir nenhuma tradução para este termo. Esta ausência de palavras desenvolvimento é um indicio, mas ela não justifica a ausência de qualquer visão desenvolvimentista e econômica na África em geral na Guiné-Bissau em particular. Apenas mostra que “os valores sobre os quais repousam o desenvolvimento não correspondem, necessariamente, o sentido de desenvolvimento em contextos outros distintos do contexto europeu (LATOUCHE 2005, p.7).

Há que considerar a relação entre o desenvolvimento e o colonialismo. Segundo Latouche (2005), o conceito de “desenvolvimento” esteve atrelado ao colonialismo que marcou as lutas pela independência em África. Depois desse período, marcado pela tomada das independências africanas (1950-1975), houve uma apropriação do conceito de desenvolvimento europeu, resinificado por conceito de cooperação para o desenvolvimento,

através das agências da ONU. É nesse quadro que os governantes passaram de uma política da independência para uma política de desenvolvimento mediante financiamento externo de projetos dos estados nacionais. Todavia a pobreza, a fome, a miséria, os conflitos, provocadas, em parte, pelo sistema capitalista e disputas internas, levaram com que os países africanos e a Guiné-Bissau em particular adotassem políticas neoliberais no quadro de “reforma do estado” nos anos 1990.

A nossa preocupação, neste projeto, visa analisar as percepções que as organizações e grupos da sociedade civil têm de desenvolvimento tendo em conta suas demandas, formas de organização e articulação, conflitos, percepções e formas de organização local, de corado com a descrição do cronograma de atividades abaixo.

Cronograma

Plano de Atividades								
Calendário 2015/2017								
Revisão bibliográfica	Mai	Jun	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez
Problematização do projeto	X	X	X					
Discussão teórica				X	X			
Localização e identificação das fontes de obtenção dos dados						X	X	
Análise e interpretação (estudo de campo)								X
Redação provisória								
Revisão e redação final								
Apresentação de TCC								

Referências bibliográficas

ALVES, Ana R. C. O CONCEITO DE HEGEMONIA: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010.

AUGEL, Moema P. O DESAFIO DO ESCOMBRO: Nação, Identidade e Pós-colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau. – Rio de Janeiro: Gramond, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOBBIO, Norberto. 1982. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Graal.

BULL, Benjamim. 1989. O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria. Lisboa: ICIIP.

CARDOSO, Carlos. 1989. Conflitos interétnicos Dissolução e reconstrução de unidade política nos rios da Guiné e de Cabo Verde, 1840-1899. *Soronda*, Bissau: IN EP, n. 7, p. 31-62.

_____. 1996. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos (org.). *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Guiné-Bissau: INEP. n. 10. p. 13-39.

_____. 1996. Guiné-Bissau: um país de tribalistas? In: AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. (org.). *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Guiné-Bissau: INEP. n. 10. p. 163-166.

CARDOSO, Carlos. Sociedade Civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau. *Codesria*. 07-11/12/2008. Yaoundé, Cameroun

CARDOSO, Carlos; INBALI, Faustino. 1996. A Família. In: MONTEIRO, Isaac (coord.). °programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau. Guiné-Bissau: INEP. p. 302-239.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. 2000. Sociedad civil y teoría política. México: Fondo de cultura econômica.

IMBALI, Faustino. 1989. O Estado e os camponeses perante o constrangimento do desenvolvimento. *Soronda*, Bissau: INEP, n. 08, p. 63-89.

FERNANDES, Raúl M. O espaço e o tempo no sistema político Bidjogó. In: *Soronda*, revista de estudos guineenses. INEP, nº8. P.5-23.

FURTADO, Cláudio A. Desenvolvimento. In: Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Organizadores: SANSONE, Lívio et FURTADO, Cláudio A. EDUFBA, 2014.

KOUDAWO, Fafali. 1996. Sociedade civil e transição pluralista na GuinéBissau. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter (coord.). *Pluralismo político na Guiné-Bissau*. Guiné-Bissau: Novagráfica. p.67-120.

LATOCHE, Serge. Pode a África contribuir para resolver a crise do ocidente? – Barcelona 12-15 de janeiro de 2004. Tradução: Acácio Sidnei Almeida Santos.

LOPES, Carlos. Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

LOPES, Carlos & THEISOHN, Thomas. Desenvolvimento para os céticos: como melhorar o desenvolvimento de capacidades. Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LOPES, Carlos. 1987. A transição histórica na Guiné-Bissau. Lisboa: Artes Gráficas.

_____. 2005. Aumentando o conhecimento sobre a história de Cabo Verde: boletins. Dacar: CODERSIA. p. 3-4.

_____. Kaabunké-espaco Território e Poder Na Guiné-bissau, Gambia e Casamance pré-coloniais. Trad. JÚDICE, Maria de Lurdes. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses 1999. Tit. Orig.: Les kaabunke.

PINHEIRO, Sérgio. Sociedade civil: a mágica e a sedução do conceito 1994.

TEIXEIRA, Ricardino J. D. Sociedade civil e democratização. 1994-2007. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

TEIXEIRA, Ricardino J. D. O Conceito de sociedade civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau. *Estudos de Sociologia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. v. 15. n. 2. p. 161 – 180.

EMANUEL, Carlos. 2014. História da Guiné-Bissau. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/historia-da-guine.html>>. Acesso 02/09/2015.

VEIGA, José E. da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI / Rio de Janeiro: Garamond, 2010.